

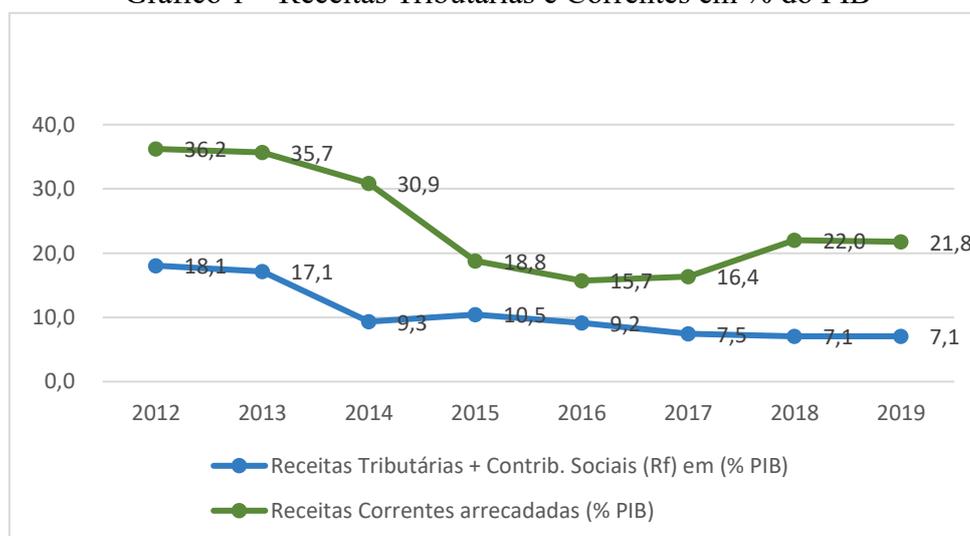
# Análise da Evolução do Sistema Fiscal Angolano e o Seu Impacto na Economia: 2012-2019

Por: Agostinho Mateus

Entre 2012 e 2019, o sistema fiscal angolano atravessou um processo de transformação profunda que revelou fragilidades estruturais decorrentes de uma excessiva dependência das receitas petrolíferas. Esta análise, baseada em quatro dimensões complementares, procura demonstrar de que forma a deterioração fiscal se manifestou em crises de dívida, de emprego e de sustentabilidade económica, com efeitos que se prolongam até ao presente.

## O Declínio das Receitas Fiscais

Gráfico 1 – Receitas Tributárias e Correntes em % do PIB

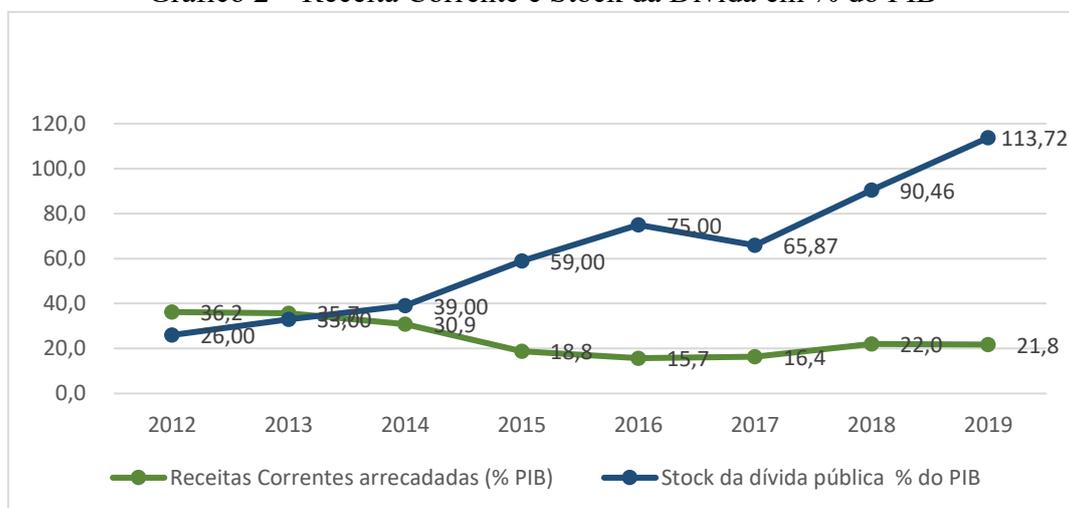


Fonte: INE/Contas Nacionais

As Receitas Tributárias e Correntes, expressas em percentagem do PIB, evidenciam de forma clara a vulnerabilidade do modelo económico vigente. O biénio 2012-2013 assinalou o auge da dependência petrolífera, com as receitas correntes a atingirem 36,2% do PIB em 2012. Todavia, esta aparente robustez escondia uma fragilidade estrutural: a forte exposição a choques externos. Entre 2013 e 2016, as receitas fiscais registaram um declínio significativo, situando-se em 9,2% (tributárias) e 15,7% (correntes) do PIB. A recuperação posterior, limitada, culminou em 2019 com receitas tributárias estabilizadas em torno dos 7,1% do PIB, revelando os constrangimentos de reformas que não conseguiram diversificar suficientemente a base económica.

## A Dinâmica da Dívida Pública

Gráfico 2 – Receita Corrente e Stock da Dívida em % do PIB

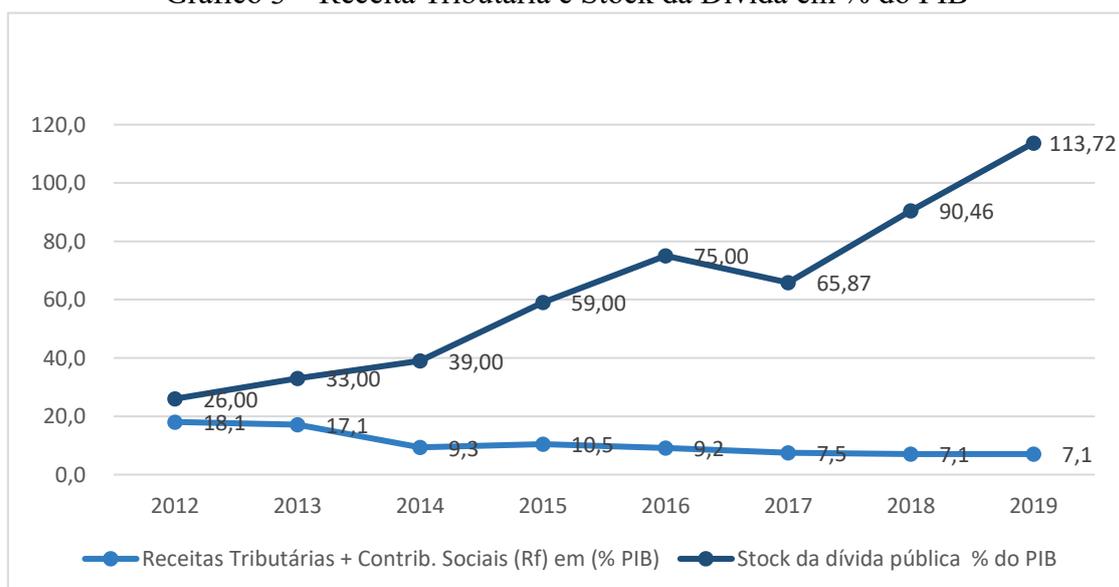


Fonte: INE/Contas Nacionais

A relação entre a Receita Corrente e o Stock da Dívida ilustra a entrada de Angola numa trajetória de endividamento preocupante. Observa-se que, sempre que as receitas correntes caíram em % do PIB — como ocorreu a partir de 2015 —, a dívida pública assumiu uma trajetória de forte expansão. Apesar de uma recuperação parcial das receitas correntes desde 2017 (até cerca de 22% do PIB), o endividamento continuou a agravar-se, atingindo 113,7% do PIB em 2019. Estes dados sugerem uma nova realidade fiscal caracterizada por níveis persistentemente baixos de arrecadação face a níveis elevados de dívida.

## O Desafio da Sustentabilidade Fiscal

Gráfico 3 – Receita Tributária e Stock da Dívida em % do PIB

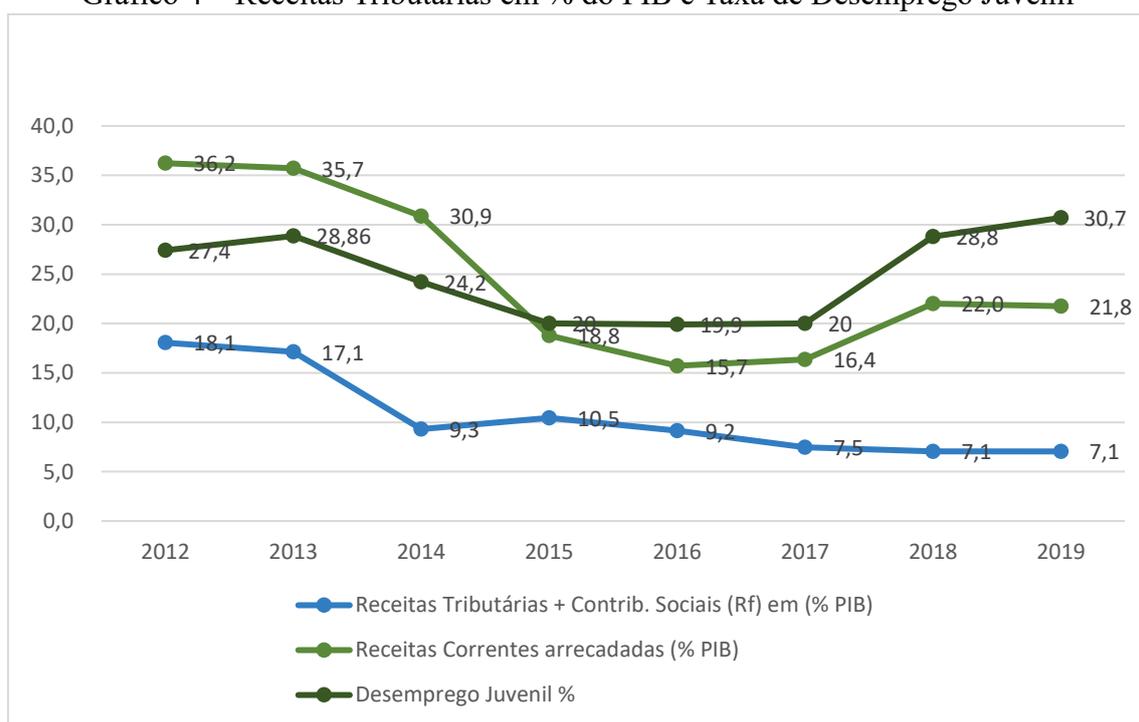


Fonte: INE/Contas Nacionais

A análise da evolução da Receita Tributária face ao Stock da Dívida revela um desequilíbrio estrutural crescente. Enquanto as receitas tributárias diminuíam, o rácio da dívida pública sobre o PIB aumentava de forma acentuada — de 26% em 2012 para mais de 113% em 2019. Esta tendência é particularmente preocupante no contexto da redução previsível da relevância do petróleo nas finanças públicas, estimada para ocorrer por volta de 2034 (pelo CINVESTEC). A incapacidade de estabilizar a trajectória da dívida, mesmo após alguma recuperação das receitas fiscais, reforça a necessidade de uma profunda reforma fiscal e económica.

## O Impacto Social: Desemprego Juvenil

Gráfico 4 – Receitas Tributárias em % do PIB e Taxa de Desemprego Juvenil



Fonte: INE/Contas Nacionais

A correlação entre Receitas Tributárias e a Taxa de Desemprego Juvenil introduz uma dimensão social essencial à análise. Mesmo durante o período de elevada arrecadação (2012-2013), o desemprego juvenil permaneceu elevado, situando-se em 27,4% e 28,9%, respetivamente. A crise subsequente agravou ainda mais a situação, atingindo 30,7% em 2019. Importa destacar que a recuperação parcial das receitas correntes, a partir de 2017, não se traduziu numa melhoria significativa do mercado de trabalho juvenil, evidenciando a incapacidade do modelo económico para gerar emprego de forma sustentável, mesmo em contextos de recuperação fiscal.

## Considerações Finais

A análise integrada dos quatro eixos abordados revela que o sistema fiscal angolano, no período em estudo, não cumpriu os seus objectivos fundamentais: assegurar a estabilidade macroeconómica, garantir a sustentabilidade das contas públicas e promover o bem-estar social.

As principais lições a retirar são:

- **Diversificação Económica:** A dependência das receitas petrolíferas reforça a urgência de concretizar, e não apenas anunciar, uma estratégia de diversificação da base tributária, fomentando sectores não-petrolíferos da economia;
- **Gestão da Dívida:** É imperativo adoptar instrumentos mais sofisticados de gestão da dívida pública, capazes de mitigar riscos de endividamento insustentável em contextos de volatilidade económica;
- **Promoção do Emprego Formal:** As políticas fiscais devem ser orientadas para a criação de emprego formal, sobretudo para a juventude, através de incentivos fiscais, redução dos custos de formalização e adequação das normas fiscais à realidade económica nacional.

A actividade económica formal deve ser tornada estruturalmente mais atractiva e rentável do que a informalidade, condição essencial para consolidar a base de arrecadação tributária e promover o desenvolvimento económico sustentável de Angola.